



XXXV ENCONSEL

Encontro Nacional dos Contadores
do Setor de Energia Elétrica

***O analfabeto do século XXI não
será aquele que não consegue
ler e escrever, mas aquele que
não consegue aprender,
desaprender, e reaprender.***





XXXV ENCONSEL

Encontro Nacional dos Contadores
do Setor de Energia Elétrica

Agenda

- 1 IFRS 9 e IFRS 15
- 2 IFRS 16
- 3 IFRIC 23
- 4 ICMS - Distribuidoras





XXXV ENCONSEL

Encontro Nacional dos Contadores
do Setor de Energia Elétrica

1

IFRS 9 e IFRS 15



IFRS 9/CPC 48



- Tratamento distinto para as empresas que possuem RBSE.
- Tratamento como ativo financeiro x contratual.



CPC 47/IFRS 15



- Impacto nas transmissoras - ano-base de adoção 2018 com efeitos comparativos.
- Aspectos principais:
 - Obrigações de performance: Operar, construir e manter.
 - Não atrelado somente a passagem do tempo.
 - Taxa de desconto: Após o início do contrato a taxa não deve ser alterada.





XXXV ENCONSEL

Encontro Nacional dos Contadores
do Setor de Energia Elétrica

2

IFRS 16



Principais aspectos da norma

Escopo da norma

- Um arrendamento está presente em um contrato caso o contrato inclua os aspectos listados abaixo:

Um ativo identificado

O ativo em questão pode estar especificado explicitamente ou implicitamente no contrato.

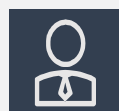


O fornecedor não possui a habilidade prática de substituir o ativo ou não gozaria de benefício econômico desta substituição.

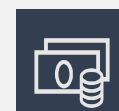


O direito de controlar o uso deste ativo durante o prazo do contrato

Autoridade e/ou controle sobre o uso deste ativo.

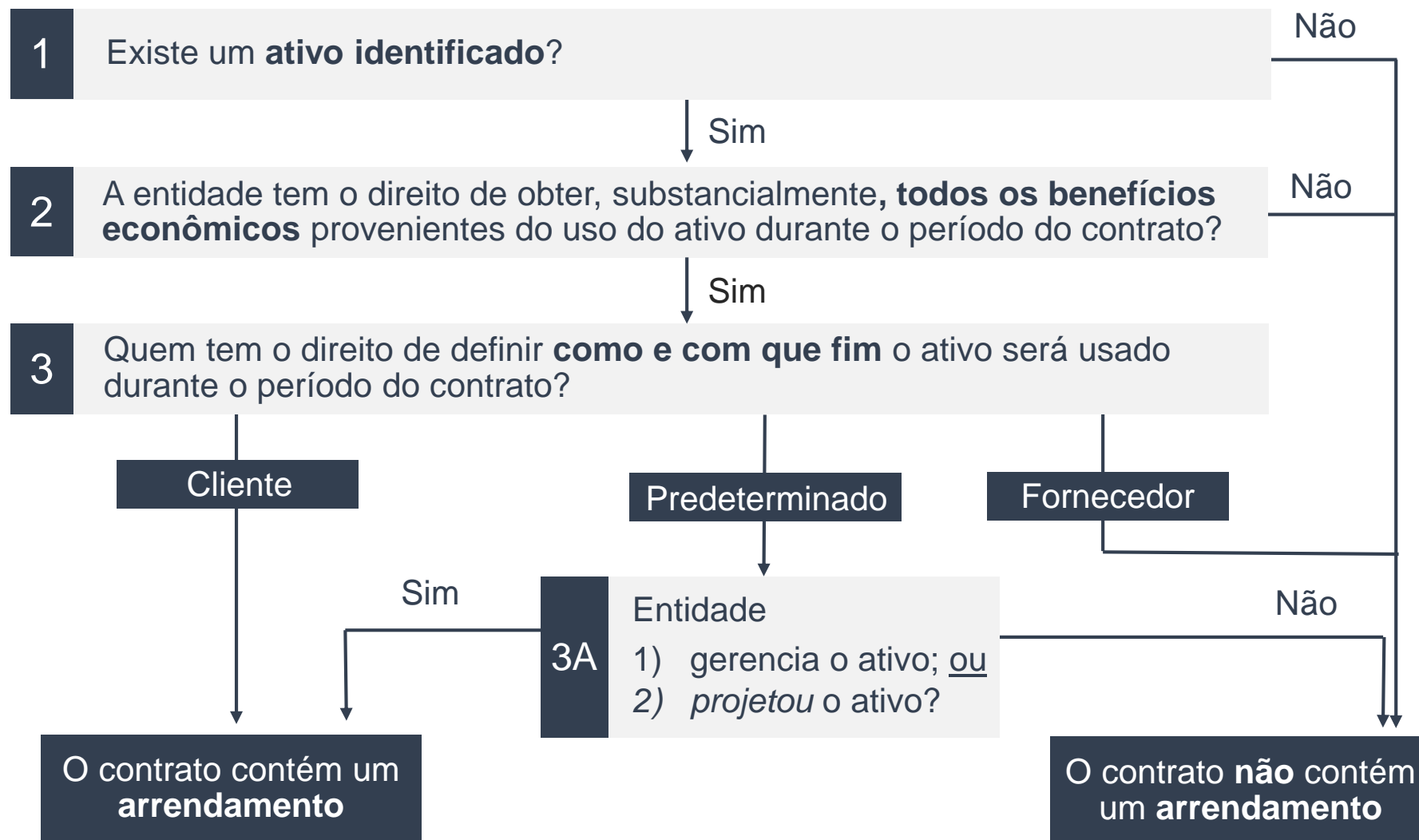


Habilidade de obter substancialmente todos benefícios econômicos do uso deste ativo.



Principais aspectos da norma

Definição de um arrendamento



IFRS 16 nas Eólicas



- Contratos contém um arrendamento?
- Principais issues: terrenos, pagamentos variáveis, baixo valor.
- Genuinamente Variáveis x Fixos em essência

Tratamento divulgado pelas principais Companhias do setor é difuso, algumas entendem que os terrenos entram no escopo e outras entendem que não deviam ser tratadas pelo IFRS 16

Há ainda Companhias que nem divulgaram se está ou não no escopo.





XXXV ENCONSEL

Encontro Nacional dos Contadores
do Setor de Energia Elétrica

3

IFRIC 23



IFRIC 23/ ICPC 22

Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Vigência a partir de 1º de janeiro de 2019

- Fornece orientação sobre reconhecimento e mensuração dos ativos e passivos de impostos sobre a renda quando da aplicação de tratamento fiscal incerto.
-
- Considerar que:
- As autoridades terão acesso a todas as informações disponíveis para concluir sobre a incerteza (não existe risco de detecção).
 - Registro de eventuais efeitos no lucro tributável, e imposto diferido, bem como créditos fiscais e prejuízos acumulados não utilizados.
 - Todas as mudanças de fatos e circunstâncias deverão ser tratadas de acordo com o IAS 8.
 - Todos os eventos ocorridos até a aprovação das DFs em linha com IAS 10.



Tratamento fiscal incerto

Definições

Tratamentos Fiscais

referem-se aos tratamentos utilizados pela entidade ou que ela planeja utilizar em suas declarações de tributos sobre o lucro.

Tratamento Fiscal Incerto é o tratamento fiscal para o qual há incerteza sobre se a respectiva autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal de acordo com a lei fiscal.

Autoridade Fiscal

refere-se ao órgão ou órgãos que decidem se tratamentos fiscais são aceitáveis de acordo com a lei fiscal. Isso pode incluir tribunais.



IAS 37 x IAS 12 x IFRIC 23



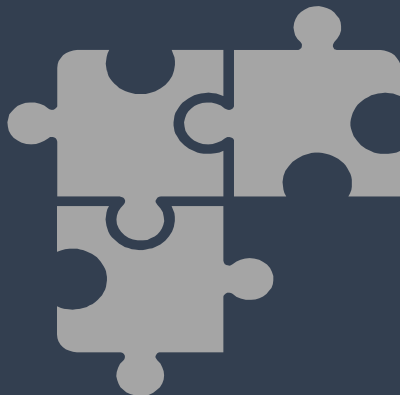
IAS 37

- Provisões em geral, exceto se abrangidas por alguma outra norma contábil.



IAS 12

- Tratamento contábil dos tributos sobre o lucro.



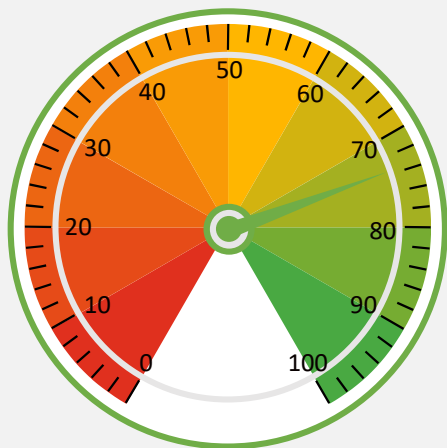
IFRIC 23

- Tratamento das posições tributárias incertas na contabilização dos tributos sobre o lucro.
- Posições tributárias incertas não são apresentadas como provisões.



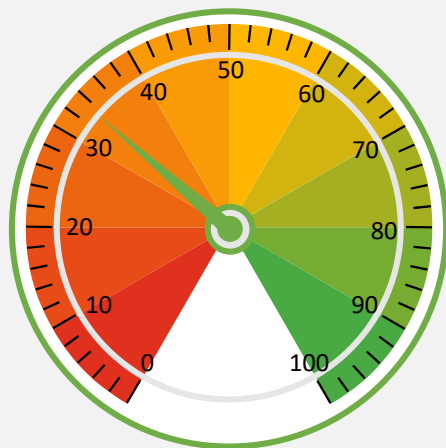
IFRIC 23

É provável que a autoridade tributária **não aceite** o tratamento fiscal incerto?



Sim +50%

Ajustes requeridos na apuração do IRPJ/CSLL de acordo com os métodos de mensuração aplicáveis



Não -50%

Nenhum ajuste requerido na apuração do IRPJ/CSLL Ajustes



IFRIC 23

É provável que a autoridade tributária **não aceite** o tratamento fiscal incerto?

Se a entidade entender que a autoridade fiscal pode não aceitar o tratamento fiscal incerto, o efeito da incerteza deverá ser refletido na determinação do respectivo:

- lucro tributável (prejuízo fiscal),
- base fiscal,
- prejuízos fiscais não utilizados,
- créditos fiscais não utilizados e
- alíquotas fiscais.





XXXV ENCONSEL

Encontro Nacional dos Contadores
do Setor de Energia Elétrica

4

ICMS - Distribuidoras



ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS das distribuidoras de energia elétrica

- Com o julgamento do RE 574.706/PR, em sede de repercussão geral, o STF julgou inconstitucional a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS das empresas;
- Com a mudança trazida pelo novo Código de Processo Civil, várias empresas, apesar de pendente o julgamento dos Embargos de Declaração do RE 574.706/PR, obtiveram o trânsito em julgado de suas ações que discutiam esse tema, estando inclusas nesse rol empresas que operam concessão de distribuição de energia elétrica;
- Considerando a forma que é calculada a tarifa (Parcela “A” + Parcela “B” e o Fator x), os prazos de decadência (do Código Civil Brasileiro - CPC, do CTN, da Lei de Defesa do consumidor, etc.) e os aspectos regulatórios envolvendo a revisão tarifária, vários entendimentos acerca de quem é o titular desse direito (recebimento dos valores pagos a maior a título de PIS e COFINS) tem permeado as discussões dos administradores das empresas que operam uma concessão de distribuição de energia elétrica;
- Das discussões que vem sendo travadas sob esse tema, podemos elencar como principais conclusões basicamente 3 (três), sendo elas: (i) como o PIS e a COFINS são Parcela “A” da tarifa, tem-se, portanto, que devolver todo o valor aos consumidores, líquido dos gastos incorridos; (ii) como o prazo de decadência do CPC é de 10 (dez) anos, então os valores que ultrapassam esse período podem ficar com a distribuidora e o restante deve ser devolvido aos consumidores; (iii) como estamos falando de tributos, então o prazo deveria ser aquele do CTN, ou seja, 5 (cinco) anos, então o que ultrapassar os últimos 5 (cinco) anos deveria ficar com a distribuidora e o restante devolvido aos consumidores. Há aqueles que entendem ainda ser o prazo regulatório que deveria ser utilizado para esse caso;



ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS das distribuidoras de energia elétrica

- Como consequência desses entendimentos, várias distribuidoras de energia elétrica adotaram critérios diferentes para o registro dos valores transitados em julgado, conforme foi o seu entendimento sobre o tema;
- As Empresas que entendem que todo o valor deve ser devolvido, registraram ativo contra o passivo de praticamente todo o valor (exceto os custos com advogados). As que entendem que o prazo é de 10 (dez) anos, registraram ativo contra passivo relativamente ao valor desse período e a diferença em conta de resultado do exercício, como receita. As que entenderam ser o prazo de 5 (cinco) anos, efetuaram o mesmo procedimento utilizado por aqueles que entendem ser os 10 (anos) o prazo para devolução, contudo, somente utilizaram um prazo diferente;
- Até a presente data o órgão regulador do setor (ANEEL) ainda não se pronunciou sobre tema, tampouco a CVM. Não obstante as empresas terem seu entendimento sobre a questão, a ANEEL deveria se pronunciar sobre o tema antes do fechamento das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2019, de modo que o assunto seja adequadamente tratado nas demonstrações financeiras e não ocasione questionamentos principalmente por parte da CVM.

